



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Federal

Acompanhamento de
Legislações

26 de agosto de 2011
Edição 76

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fernando dos Santos Macedo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Nathalia Margutti

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

Índice:

Agroindústria

PROJETO DE LEI Nº 4.394, DE 2008_____ **03**

Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

PROJETO DE LEI Nº 4.394, DE 2008

Dep. Davi Alcolumbre - DEM /AP

Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 31-A:

“Art. 31-A. Quando da comercialização de hortaliças, frutas, carnes, ovos, leite ou mel, além dos aspectos referidos no art. 31 desta Lei, deverão ser asseguradas aos consumidores as seguintes informações:

I – identificação do produtor e da unidade de produção agropecuária, especificando sua localização ou, no caso de produto importado, o país de origem;

II – data em que ocorreu a colheita do produto vegetal, o abate do animal, a coleta, a ordenha ou outra informação cabível, relativa à obtenção do produto, conforme o caso;

III – caso agrotóxicos tenham sido utilizados no processo produtivo ou no tratamento pós-colheita, informar-se-á a data em que ocorreu a última aplicação de cada um desses insumos, identificados pelos respectivos nomes técnicos, e os intervalos de carência recomendados;

IV – no caso de produto originário de animais tratados com carrapaticidas, larvicidas, antibióticos ou outros medicamentos de uso veterinário, informar-se-á a data em que ocorreu a última aplicação de cada um desses insumos, identificados pela respectiva denominação comum, e os intervalos de carência recomendados.

§ 1º Quando da comercialização no atacado dos produtos referidos no caput deste artigo, ou na sua venda direta à indústria, as informações deverão constar de documento que acompanhará cada lote homogêneo de produto.

§ 2º Quando da comercialização no varejo dos produtos referidos no caput deste artigo, as informações deverão ser afixadas em local visível e de modo a possibilitar a identificação, pelo consumidor, dos produtos a que se referem.

§ 3º Nos casos em que os insumos referidos no caput deste artigo não forem empregados, ou em se tratando de produto orgânico, nos termos da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, tais condições deverão ser informadas. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

O advento do Código de Defesa do Consumidor – CDC — Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, aprovada pelo Congresso Nacional —, definiu os parâmetros de um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro, lavrado no art. 5º, inciso XXXII da Constituição Federal, nos seguintes termos: “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

Dessa forma, o ordenamento jurídico nacional passou a respaldar o direito do consumidor brasileiro. Em consequência, as reivindicações populares passaram a ser canalizadas com maior eficiência e as respostas às demandas fluíram com maior rapidez, nos âmbitos administrativo e judicial.

No que concerne à oferta e apresentação de produtos comercializados, o art. 31 do CDC estabelece, de forma abrangente, que “a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”.

Entretanto, nos últimos anos têm sido registrados graves problemas que ameaçam a saúde do consumidor, tais como: a contaminação de alimentos por resíduos de substâncias químicas, agrotóxicos, antibióticos e outros medicamentos de uso veterinário.

O emprego abusivo de insumos agropecuários tem despertado a preocupação de pesquisadores e técnicos e pode fazer com que as exportações brasileiras sofram restrições no mercado internacional. Matéria publicada em 25 de junho de 2008, no jornal Gazeta do Povo, de Curitiba (PR), revela que, nos últimos nove anos, o uso de “venenos agrícolas” praticamente dobrou no Estado do Paraná. Com lamentável frequência, a imprensa noticia a constatação de resíduos de carrapaticidas, larvicidas, antibióticos e outros contaminantes, em produtos de origem animal.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, implementado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em parceria com secretarias estaduais de saúde, tem revelado dados alarmantes: em amostras de hortaliças e frutas coletadas em diversas Unidades da Federação, encontraram-se resíduos de agrotóxicos em níveis superiores ao máximo admissível, e também a presença de substâncias de uso não permitido no País ou no cultivo daquelas espécies.

Objetivando defender os interesses dos consumidores de produtos agropecuários — especialmente daqueles em que se verificam freqüentes problemas de contaminação —, apresentamos o presente projeto de lei à consideração desta Casa. Esperamos que, com o acréscimo ao CDC do art. 31-A, o consumidor tenha acesso a informações relevantes e possa sentir-se seguro. E mais: quando constatada a impropriedade do alimento para o consumo, se possa identificar e responsabilizar a quem de direito: seja o produtor, o importador, o distribuidor do produto, ou o responsável técnico.

Dada a relevância da proposta contida neste projeto de lei, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a sua rápida aprovação.

Informações complementares:

Site para consulta na Câmara dos Deputados :

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=417994

Data de Apresentação: 26/11/2008

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Ementa: Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

Explicação da Ementa: Assegura aos consumidores informações sobre as hortaliças, frutas, carnes, ovos, leite ou mel comercializados.

Indexação: Alteração, Código de Defesa do Consumidor, critérios, comercialização, alimento humano, fruta, ovo, leite, informações, consumidor, identificação, produtor, data, colheita, abate, coleta, utilização, agrotóxico, medicamento veterinário, antibiótico,

Tramitação:

26/11/2008 - PLENÁRIO (PLEN)

Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Davi Alcolumbre (DEM-AP).

11/12/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

11/12/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.

18/12/2008 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 19/12/08 PÁG 61438 COL 01.

22/12/2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Recebimento pela CAPADR.

5/3/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Waldemir Moka (PMDB-MS)

6/3/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 09/03/2009)

18/3/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.

8/4/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvida sem Manifestação.

14/4/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Leandro Vilela (PMDB-GO)

22/4/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvida sem Manifestação.

28/4/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Humberto Souto (PPS-MG)

18/5/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvida sem Manifestação.

29/5/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR)

18/6/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvida sem Manifestação.

15/7/2009 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Benedito de Lira (PP-AL)

10/3/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Devolvida sem Manifestação.

10/3/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Designado Relator, Dep. Odílio Balbinotti (PMDB-PR)

12/5/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Odílio Balbinotti (PMDB-PR).(Íntegra)

12/5/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Parecer do Relator, Dep. Odílio Balbinotti (PMDB-PR), pela aprovação.(Íntegra)

- 19/5/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Vista ao Deputado Anselmo de Jesus.
- 19/5/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Devolução de Vista (Dep. Anselmo de Jesus).
- 16/6/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Retirado de pauta pelo Relator.
- 7/7/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Designado Relator, Dep. Lira Maia (DEM-PA)
- 16/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CAPADR, pelo Deputado Lira Maia (DEM-PA)
- 16/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Parecer do Relator, Dep. Lira Maia (DEM-PA), pela rejeição
- 24/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
- 25/11/2010** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)
Recebimento pela CDC.
- 25/11/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Parecer recebido para publicação.
- 25/11/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Parecer recebido para publicação.
- 30/11/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 01/12/10, Letra A.
- 31/1/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011.(publicação)
- 3/2/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Apresentação do REQ 67/2011, pelo Dep. Davi Alcolumbre, que solicita o desarquivamento de proposição.(íntegra)
- 15/2/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-67/2011.(íntegra)
- 17/3/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)
Designado Relator, Dep. Antônio Roberto (PV-MG)
- 18/3/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)
Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 21/03/2011)
- 05/04/2011** Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)
Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
- 30/06/2011** Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)
Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDC, pelo Deputado Antônio Roberto (PV-MG). Inteiro teor
Parecer do Relator, Dep. Antônio Roberto (PV-MG), pela aprovação. Inteiro teor

10/08/2011 Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

Retirado de pauta de ofício.

17/08/2011 Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

Designado Relator Substituto, Dep. Eli Correa Filho (DEM-SP)

Aprovado o Parecer.

17/08/2011 Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Designado Relator Substituto, Dep. Eli Correa Filho (DEM-SP)

17/08/2011 Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

Parecer do Relator Substituto, Dep. Eli Correa Filho (DEM-SP), pela aprovação.

Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CDC, pelo Dep. Eli Correa Filho

17/08/2011 Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Aprovado o Parecer.

24/08/2011 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Parecer recebido para publicação.

25/08/2011 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Recebimento pela CCJC.